



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção A da 13ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE  
- PE - CEP: 50080-800

Processo nº 0029111-65.2018.8.17.2001

AUTOR: ADRIANO BEZERRA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A.

## SENTENÇA

**EMENTA:** DIREITO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES - DPVAT. RECIBO COM DECLARAÇÃO DE QUITAÇÃO PLENA QUE ALCANÇA SOMENTE O VALOR NELE CONSIGNADO, NÃO IMPEDINDO A PROPOSITURA DE AÇÃO COM PLEITO DE COMPLEMENTAÇÃO. LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL – IML. DOCUMENTO NÃO ESSENCIAL À PROPOSITURA DA AÇÃO DE COBRANÇA. PROVA DO ACIDENTE E DO DANO DECORRENTE, INCLUSIVE NO QUE TANGE À EXTENSÃO DAS LESÕES, QUE SE AFIGURAM INDISPENSÁVEIS AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO (ART. 3º, II e §1º C/C ART.5º DA LEI Nº 6.194/74). INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL AO GRAU DA INVALIDEZ. APLICAÇÃO DOS PERCENTUAIS INDICADOS NA TABELA ANEXA À LEI Nº 6.194/74, RESPEITADO O VALOR MÁXIMO DE R\$ 13.500,00 (ART. 3º, II E §1º DA LEI Nº 6.194/74 E SÚMULA 474 DO STJ). INDENIZAÇÃO PAGA NA VIA ADMINISTRATIVA EM VALOR INFERIOR AO DEVIDO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO DE COMPLEMENTAÇÃO.

1. O recibo fornecido pelo beneficiário de seguro DPVAT, em razão de pagamento administrativo de indenização, ainda que inclua declaração de quitação plena, geral e irrevogável, não o impede de pleitear judicialmente a complementação do valor da indenização fixado em lei, posto que alcança tão somente o valor nela consignado, não importando renúncia quanto à diferença a que faça *jus*.

2. O art. 5º da Lei nº 6.194/74 preceitua que o pagamento da indenização do seguro DPVAT será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente. Considerando que a ocorrência do acidente e os danos dele decorrentes podem ser provados por mais de um documento ou forma, o laudo do Instituto Médico Legal não se afigura indispensável à propositura da ação de cobrança do seguro DPVAT, sob pena de violação à garantia de livre acesso ao Judiciário, consagrada no art. 5º, XXXV, da CF/1988.



3. Conforme preceito constante do art. 3º, II e §1º, da Lei nº 6.194/74, nas hipóteses de invalidez permanente parcial decorrente de acidente automobilístico, o valor da indenização do seguro DPVAT será de até R\$ 13.500,00 e será paga de forma proporcional ao grau da invalidez, mediante aplicação dos percentuais indicados na tabela inserida naquele diploma legal (Súmula 474 do STJ).

4. Se o beneficiário do seguro DPVAT recebeu administrativamente apenas parte do valor que lhe cabe segundo grau de invalidez definido em perícia judicial, o pedido de complementação deve ser julgado procedente.

**Adriano Bezerra da Silva** ajuizou ação de cobrança contra **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT SA e Tokio Marine Brasil Seguradora SA**, objetivando a percepção de complementação de indenização do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT).

Aduz, em síntese, que no dia 27/1/2018 foi vítima de acidente automobilístico, sofrendo lesões que resultaram em debilidade permanente.

Pugna pela realização de perícia médica e pela inversão do ônus da prova, e, no mérito, pela condenação das seguradoras demandadas ao pagamento da indenização do seguro obrigatório, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Junta boletim de ocorrência e documentos médico-hospitalares (IDs 32549718, 32549725, 32549851, 32549857, 32549864, 32549867, 32549872, 32549878, 32549885 e 32549888).

O requerimento de concessão dos benefícios da gratuidade da justiça foi deferido (ID 32838622).

Intimado, o autor apresentou emenda à inicial (ID 34167000), aduzindo que recebeu administrativamente, a título de indenização do seguro obrigatório, R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais), requerendo a complementação da indenização do seguro obrigatório.

A Seguradora Líder apresentou resposta sob a forma de contestação (ID 45532012), na qual alega que:

a) a parte autora foi acometida de invalidez parcial, a ensejar indenização proporcional, e recebeu administrativamente a integralidade da indenização a que faz *jus*, considerando-se o grau da lesão;

b) o autor outorgou à ré plena, rasa, geral e irrevogável quitação da indenização, na esfera administrativa;

c) a parte autora não juntou aos autos laudo do Instituto de Medicina Legal – IML, deixando de fazer prova do percentual da invalidez e do grau da redução funcional do membro supostamente afetado;



- d) o autor outorgou à ré geral e irrestrita quitação da indenização na esfera administrativa;
- e) não se aplica a inversão do ônus da prova, por não se tratar de relação de consumo;
- f) na eventualidade de uma condenação, seja aplicada a tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na Lei nº 11.945/2009, bem como o que preconiza a Súmula 474 do STJ;
- g) na hipótese de condenação, os juros de mora devem correr da citação e a correção monetária, da propositura da ação.

Pugna pela substituição do polo passivo, para que possa nele figurar, pela produção de prova pericial e, no mérito, pela improcedência do pedido.

Certificado o decurso do prazo sem apresentação de defesa pela Tokio Marine Brasil Seguradora SA (ID 47807482).

Intimada, a parte autora apresentou réplica (ID 48155391).

O autor foi submetido à perícia médica e o Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes foi juntado aos autos (ID 55018043). Conquanto intimadas, as partes não se manifestaram sobre o laudo pericial (ID 58475984).

**É o que importa relatar. DECIDO.**

#### **Da legitimidade passiva**

A Seguradora Líder pugna pela substituição do polo passivo, com a sua inclusão, sob o argumento de que foi criada com a única finalidade de atuar como administradora do seguro obrigatório DPVAT.

De início, sublinho que a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT já figura no polo passivo da ação.

De outro lado, não há de se falar em exclusão da Tokio Marine Brasil Seguradora, porquanto a Lei 6.194/74, que dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores via terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, estabelece, no art. 7º, que as seguradoras integrantes do consórcio do seguro DPVAT são solidariamente responsáveis pelo pagamento das indenizações securitárias, *in verbis*:

*“Art. 7º **A indenização** por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, **será paga** nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos **por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei**”. (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)*

Também a Resolução CNSP nº 56/2001, repetindo norma constante da Resolução CNSP nº 06/1986, estipula que qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização:



*“Art. 5º Para operar nas categorias 1, 2, 9 e 10 do Seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir a um convênio específico.*

*§ 1º O convênio de que trata o "caput" deverá estipular que qualquer das seguradoras se obriga a pagar a devida indenização pelas reclamações que lhe forem apresentadas por segurados”.*

Cuidando-se de hipótese de solidariedade passiva, importa reconhecer que, nos termos do art. 275, *caput*, primeira parte do Código Civil, pode o beneficiário do seguro DPVAT acionar qualquer seguradora conveniada a arcar com o pagamento da indenização. Consigne-se, aliás, que, ainda que uma das seguradoras do consórcio tenha pago administrativamente parte do valor devido, à vista das regras estatuídas no art. 275, *caput*, segunda parte, e no art. 277 do CC, nada impede que o beneficiário do seguro acione judicialmente seguradora diversa, buscando receber complementação. Transcrevo os dispositivos:

*Código Civil: “Art. 275. O credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; se o pagamento tiver sido parcial, todos os demais devedores continuam obrigados solidariamente pelo resto.*

*Parágrafo único. Não importará renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores”.*

*“Art. 277. O pagamento parcial feito por um dos devedores e a remissão por ele obtida não aproveitam aos outros devedores, senão até à concorrência da quantia paga ou relevada”.*

À vista das normas mencionadas, o Superior Tribunal de Justiça, órgão jurisdicional ao qual compete uniformizar a interpretação do direito federal infraconstitucional, consolidou entendimento no sentido de que **qualquer seguradora integrante do consórcio do sistema DPVAT é parte legítima para responder a ação por meio da qual se busque o pagamento ou a complementação de pagamento do seguro obrigatório.**

Nesse sentido, confira-se:

*“DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. LEGITIMIDADE DE SEGURADORA DIVERSA DA QUE REALIZOU O PAGAMENTO A MENOR. SOLIDARIEDADE PASSIVA. INCIDÊNCIA DO ART. 275, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. 1. A jurisprudência é sólida em afirmar que as seguradoras integrantes do consórcio do Seguro DPVAT são solidariamente responsáveis pelo pagamento das indenizações securitárias, podendo o beneficiário cobrar o que é devido de qualquer uma delas. 2. Com efeito, incide a regra do art. 275, caput e parágrafo único, do Código Civil de 2002, segundo a qual o pagamento parcial não exime os demais obrigados solidários quanto ao restante da obrigação, tampouco o recebimento de parte da dívida induz a renúncia da solidariedade pelo credor. 3. Resulta claro, portanto, que o beneficiário do Seguro DPVAT pode acionar qualquer seguradora integrante do grupo para o recebimento da complementação da indenização securitária, não obstante o pagamento administrativo realizado a menor tenha sido efetuado por seguradora diversa. 4. Recurso especial provido”. (Resp 1108715/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/05/2012, DJe 28/05/2012)*



*SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Consórcio. Legitimidade de qualquer seguradora que opera no sistema. De acordo com a legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável e satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização, assegurado seu direito de regresso. Precedente. Recurso conhecido e provido. (REsp 401.418/MG, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 23/04/2002, DJ 10/06/2002, p. 220)*

Em consequência e tendo em vista que a **Tokio Marine Brasil Seguradora SA** integra o consórcio do seguro DPVAT, indefiro o requerimento de substituição do polo passivo.

Ademais, diante da certidão de ID 47807482, reconheço a revelia da Tokio Marine Brasil Seguradora SA.

### **Do mérito**

Conforme relatado, no presente caso, a parte autora vem a juízo com a pretensão de obter complementação da indenização do seguro DPVAT, sob o argumento de que não teve, na via administrativa, a sua invalidez permanente devidamente apurada e enquadrada nos termos definidos na tabela anexada a Lei nº 6.194/74.

A parte ré, em sua peça de defesa, aduz a ocorrência de plena e total quitação da indenização na esfera administrativa. Alega ainda que o autor deixou de juntar aos autos laudo do Instituto de Medicina Legal – IML, documento indispensável a fazer prova do caráter permanente e do grau da lesão resultante do acidente de que foi vítima.

Antes de mais, sublinho que, em regra de princípio, o recibo fornecido pelo beneficiário de seguro DPVAT, em razão de pagamento administrativo de indenização, ainda que inclua declaração de quitação plena, geral e irrevogável, não o impede de pleitear judicialmente a complementação do valor da indenização fixado em lei, posto que alcança tão somente o valor nela consignado, não importando renúncia quanto à diferença a que faça *jus*.

Nesse sentido, aliás, aponta a orientação pacífica do STJ:

*“A declaração de plena e geral quitação deve ser interpretada ”modus in rebus“, limitando-se ao valor nela registrado. Em outras palavras, o recibo fornecido pelo lesado deve ser interpretado restritivamente, significando apenas a quitação dos valores a que se refere, sem obstar a propositura de ação para alcançar a integral reparação dos danos sofridos com o acidente.” (STJ-2ª Seção, ED no Resp 292.974-SP, rel. Min. Sálvio de Figueredo, j. 12.2.03, rejeitaram os embs., um voto vencido, DJU 15.8.05, p. 309).*

*“EMENTA: CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). (...) RECIBO. QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE. I. (...) II. O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie. III. Recurso especial conhecido e provido”. (STJ, 4ª Turma, Resp. 296.675, Min. Aldir Passarinho Júnior, relator, j. 20 de agosto de 2002).*

*EMENTA: Direito civil. Recurso especial. Ação de conhecimento sob o rito sumário. Seguro obrigatório (DPVAT). Complementação de indenização.*



*Admissibilidade. O recibo de quitação outorgado de forma plena e geral, mas relativo à satisfação parcial do quantum legalmente assegurado pelo art. 3º da Lei n. 6194/74, não se traduz em renúncia a este, sendo admissível postular em juízo a sua complementação. Precedentes. (STJ - REsp: 363604 SP 2001/0110490-9, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 02/04/2002, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 17.06.2002 p. 258)*

A Lei nº 6.194/74 preceitua, no art. 5º, que o “pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente”.

Assim, considerando que a ocorrência do acidente e os danos dele decorrentes podem ser provados por mais de um documento ou forma, cuido que o laudo do Instituto Médico Legal não se afigura indispensável à propositura da ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT, sob pena de violação à garantia de livre acesso ao Judiciário, consagrada no art. 5º, XXXV, da CF/1988.

Nesse sentido, aponta, indiscrepantemente a Jurisprudência pátria, da qual extraio o seguinte exemplo:

*EMENTA: PROCESSO CIVIL. DPVAT. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. SUPOSTA LESÃO NEUROLÓGICA. APRESENTAÇÃO DE LAUDO PARTICULAR. **DESNECESSIDADE DE LAUDO EMITIDO PELO IML. AUSÊNCIA DE OUTRAS PROVAS QUE ATSTEM A EXISTÊNCIA DA INVALIDEZ PERMANENTE, ASSIM COMO A EXTENSÃO DO DANO ALEGADO. SENTENÇA ANULADA PARA REABRIR A FASE DE INSTRUÇÃO. APELAÇÃO PROVIDA. 1. A jurisprudência está sedimentada no sentido de que a apresentação de laudo do IML é dispensável, caso existam outros elementos de provas capazes de atestar a existência e extensão do dano.** 2. No entanto, no presente caso, não havia provas suficientes para definir, com a necessária certeza e segurança, a extensão da invalidez permanente do Apelado, de modo que se torna impossível o julgamento antecipado da lide (art. 330, I, do CPC/73), ante a necessidade de produção de outras provas, notadamente a perícia médica. 3. Apelação a que se dá provimento para anular a sentença e determinar o retorno dos autos à origem. (TJ-PE - APL: 3581546 PE, Relator: Roberto da Silva Maia, Data de Julgamento: 13/04/2016, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 29/04/2016) (destaques inexistentes na fonte)*

Os documentos anexados aos autos comprovam a ocorrência do acidente e de lesão dele resultante (IDs 32549718, 32549725, 32549851, 32549857, 32549864, 32549867, 32549872, 32549878, 32549885 e 32549888). O caráter permanente e o grau de repercussão da lesão foram atestados por perícia judicial (ID 55018043). Acrescento que as partes não apresentaram qualquer impugnação ao laudo pericial (ID 58475984).

Além disso, a circunstância da realização do pagamento administrativo da indenização demonstra que a parte demandada, após análise dos documentos apresentados pelo autor, reconheceu a existência de nexo causal entre o acidente e o dano respectivo.

Assim, concluo que o conjunto probatório constante dos autos é suficiente para demonstrar a ocorrência do acidente e dos danos dele resultantes.



Na presente hipótese, a parte autora recebeu administrativamente R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais), impondo-se a este Juízo, portanto, verificar se, à luz da prova produzida nos presentes autos, faz ela *jus* a algum valor complementar.

O Superior Tribunal de Justiça assentou entendimento, firme no princípio do *tempus regit actum*, no sentido de que, nas ações de cobrança de indenização de seguro DPVAT, aplica-se a lei vigente ao tempo do acidente (REsp 556606/SP).

No caso concreto, o acidente automobilístico em questão ocorreu em 27/1/2018, aplicando-se-lhe, pois, a Lei nº 6.194/74, com as alterações da Lei nº 11.945/2009.

O art. 3º da Lei nº 6.194/74, com as alterações da Lei nº 11.945/2009, estatui que:

*“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009).*

(...)

*II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)*

(...)

*§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

*I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

*II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).”*

Extrai-se do dispositivo que, nas hipóteses de invalidez permanente parcial decorrente de acidente automobilístico, o valor da indenização do seguro DPVAT deverá ser calculado conforme o grau de invalidez, mediante aplicação dos percentuais indicados na tabela



inserida na Lei nº 6.194/74 pela Lei nº 11.945/2009. E sendo a invalidez parcial incompleta, o cálculo deverá incluir ainda redução conforme grau de repercussão da perda (intenso, médio, leve ou de sequelas residuais), nos percentuais previstos no art. 3º, § 1º, II, da Lei nº 6.194/74.

Realço, a propósito, que o cálculo da indenização de seguro DPVAT proporcionalmente ao grau da lesão é inclusive objeto da Súmula 474 do STJ:

*Súmula 474. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.*

No caso em tela, o laudo médico elaborado por perita oficial (ID 55018043) atesta que a parte autora foi acometida de **invalidez permanente, parcial e incompleta, no 4º dedo da mão esquerda, com perda anatômica ou funcional de repercussão intensa (75%).**

Assim, o valor da indenização do seguro DPVAT a que faz jus a parte autora em razão da invalidez permanente parcial incompleta decorrente do acidente automobilístico ocorrido em 27/1/2018, deve ser calculado da seguinte forma:

1. Valor máximo da cobertura (art. 3º, *caput*, II, da Lei nº 6.194/74) R\$ 13.500,00

2. Valor da indenização por invalidez permanente parcial correspondente à perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os dedos da mão, exceto o polegar 10% do valor máximo (R\$13.500,00) = R\$ 1.350,00

3. Valor da indenização aplicada a redução por invalidez permanente parcial incompleta de repercussão intensa (art. 3º, 75% do resultado do item 2 (R\$ 1.350,00) = R\$ 1.012,50





§1º, II, da Lei  
nº 6.194/74)

|                       |  |
|-----------------------|--|
| Indenização<br>devida | R\$ 1.012,50<br>(mil e doze<br>reais e<br>cinquenta<br>centavos) |
|-----------------------|--|

Note-se que o valor devido (R\$ 1.012,50) **é maior que** o percebido administrativamente pela parte autora (R\$ 675,00), havendo, portanto, valor a ser complementado a título de indenização do seguro DPVAT, no importe de R\$ 337,50.

Diante do todo o exposto, com fulcro na Lei nº 6.194/74, **julgo procedente o pedido e condeno as demandadas, solidariamente, a pagarem à parte autora R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**, acrescidos de correção monetária (Tabela ENCOGE), a partir da data do acidente – 27/1/2018 (Súmula 580 do STJ), e de juros legais de mora (1% ao mês), a contar da citação (Súmula 426 do STJ). Em consequência, **extingo o processo com resolução do mérito** (art. 487, I, do CPC/2015).

Condeno a parte ré a pagar as custas e despesas processuais, e ainda honorários advocatícios sucumbenciais, estes últimos aos advogados da parte autora, em valor que desde já fixo em R\$ 300,00 (trezentos reais), nos termos do art. 85 do CPC/2015.

Deve a parte demandada, no prazo de 15 (quinze) dias, contado do trânsito em julgado desta decisão, comprovar nos autos o pagamento das custas e taxas processuais devidas.

Na hipótese de ausência de pagamento das despesas processuais, oficie-se a PGE para fins de inscrição em dívida ativa, devendo a Secretaria, observar, ainda, o provimento 007/2019, do Conselho de Magistratura.

Expeça-se, de imediato, em favor da médica perita, alvará para levantamento da verba honorária depositada (IDs 54607256 e 54607254).

Na hipótese de interposição de recurso de apelação, recebo-o nos seus regulares efeitos e determino a intimação do apelado para apresentar contrarrazões (art. 1010, §1º, do CPC/2015). Havendo alegação – em sede de contrarrazões - de questões resolvidas na fase de conhecimento as quais não comportaram agravo de instrumento, intime-se a parte adversa (recorrente) para, em 15 (quinze) dias, manifestar-se a respeito delas (art. 1.009, §§ 1º e 2º, do CPC/2015). Havendo interposição de apelação adesiva, intime-se o apelante para contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 1.010, §2º, do CPC/2015). Em seguida, com ou sem resposta, sigam estes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, com os cumprimentos deste Juízo, independentemente de juízo de admissibilidade, de acordo com o art. 1010, §3º do CPC/2015.

Opostos embargos de declaração com efeito modificativo, intime-se a parte embargada para, querendo, manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias. (Art. 1.023, § 2º do NCPC).



Havendo pagamento voluntário, intime-se a parte autora para se manifestar em 5 (cinco) dias e, em havendo concordância, expeça-se alvará. Sem manifestação, arquivem-se os autos.

Em caso de não interposição/oposição de recurso, certifique-se o trânsito em julgado e, após, arquivem-se os autos.

Comunicações processuais necessárias.

Recife, data da assinatura digital.

Raquel Barofaldi Bueno  
Juíza de Direito Auxiliar





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

### DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 13ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0029111-65.2018.8.17.2001  
AUTOR: ADRIANO BEZERRA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A.

#### INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 13ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID **58503717**, conforme segue transcrito abaixo:

*"EMENTA: DIREITO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES - DPVAT. RECIBO COM DECLARAÇÃO DE QUITAÇÃO PLENA QUE ALCANÇA SOMENTE O VALOR NELE CONSIGNADO, NÃO IMPEDINDO A PROPOSITURA DE AÇÃO COM PLEITO DE COMPLEMENTAÇÃO. LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL – IML. DOCUMENTO NÃO ESSENCIAL À PROPOSITURA DA AÇÃO DE COBRANÇA. PROVA DO ACIDENTE E DO DANO DECORRENTE, INCLUSIVE NO QUE TANGE À EXTENSÃO DAS LESÕES, QUE SE AFIGURAM INDISPENSÁVEIS AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO (ART. 3º, II e §1º C/C ART.5º DA LEI Nº 6.194/74). INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL AO GRAU DA INVALIDEZ. APLICAÇÃO DOS PERCENTUAIS INDICADOS NA TABELA ANEXA À LEI Nº 6.194/74, RESPEITADO O VALOR MÁXIMO DE R\$ 13.500,00 (ART. 3º, II E §1º DA LEI Nº 6.194/74 E SÚMULA 474 DO STJ). INDENIZAÇÃO PAGA NA VIA ADMINISTRATIVA EM VALOR INFERIOR AO DEVIDO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO DE COMPLEMENTAÇÃO. 1. O recibo fornecido pelo beneficiário de seguro DPVAT, em razão de pagamento administrativo de indenização, ainda que inclua declaração de quitação plena, geral e irrevogável, não o impede de pleitear judicialmente a complementação do valor da indenização fixado em lei, posto que alcança tão somente o valor nela consignado, não importando renúncia quanto à diferença a que faça jus. 2. O art. 5º da Lei nº 6.194/74 preceitua que o pagamento da indenização do seguro DPVAT será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente. Considerando que a ocorrência do acidente e os danos dele decorrentes podem ser provados por mais de um documento ou forma, o laudo do Instituto Médico Legal não se afigura indispensável à propositura da ação de cobrança do seguro DPVAT, sob pena de violação à garantia de livre acesso ao Judiciário, consagrada no art. 5º, XXXV, da CF/1988. 3. Conforme preceito constante do art. 3º, II e §1º, da Lei nº 6.194/74, nas hipóteses de invalidez permanente parcial decorrente de acidente automobilístico, o valor da indenização do seguro DPVAT será de até R\$ 13.500,00 e será paga de forma proporcional ao grau da invalidez, mediante aplicação dos percentuais indicados na tabela inserida naquele diploma legal (Súmula 474 do STJ). 4. Se o beneficiário do seguro DPVAT recebeu administrativamente apenas parte do valor que lhe cabe segundo grau de invalidez definido em perícia judicial, o pedido de complementação deve ser julgado procedente. Adriano Bezerra da Silva ajuizou ação de cobrança contra Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT SA e Tokio Marine Brasil Seguradora SA, objetivando a percepção de complementação de indenização do seguro obrigatório de danos pessoais causados por*



veículos automotores de vias terrestres (DPVAT). Aduz, em síntese, que no dia 27/1/2018 foi vítima de acidente automobilístico, sofrendo lesões que resultaram em debilidade permanente. Pugna pela realização de perícia médica e pela inversão do ônus da prova, e, no mérito, pela condenação das seguradoras demandadas ao pagamento da indenização do seguro obrigatório, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Junta boletim de ocorrência e documentos médico-hospitalares (IDs 32549718, 32549725, 32549851, 32549857, 32549864, 32549867, 32549872, 32549878, 32549885 e 32549888). O requerimento de concessão dos benefícios da gratuidade da justiça foi deferido (ID 32838622). Intimado, o autor apresentou emenda à inicial (ID 34167000), aduzindo que recebeu administrativamente, a título de indenização do seguro obrigatório, R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais), requerendo a complementação da indenização do seguro obrigatório. A Seguradora Líder apresentou resposta sob a forma de contestação (ID 45532012), na qual alega que: a) a parte autora foi acometida de invalidez parcial, a ensejar indenização proporcional, e recebeu administrativamente a integralidade da indenização a que faz jus, considerando-se o grau da lesão; b) o autor outorgou à ré plena, rasa, geral e irrevogável quitação da indenização, na esfera administrativa; c) a parte autora não juntou aos autos laudo do Instituto de Medicina Legal – IML, deixando de fazer prova do percentual da invalidez e do grau da redução funcional do membro supostamente afetado; d) o autor outorgou à ré geral e irrestrita quitação da indenização na esfera administrativa; e) não se aplica a inversão do ônus da prova, por não se tratar de relação de consumo; f) na eventualidade de uma condenação, seja aplicada a tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na Lei nº 11.945/2009, bem como o que preconiza a Súmula 474 do STJ; g) na hipótese de condenação, os juros de mora devem correr da citação e a correção monetária, da propositura da ação. Pugna pela substituição do polo passivo, para que possa nele figurar, pela produção de prova pericial e, no mérito, pela improcedência do pedido. Certificado o decurso do prazo sem apresentação de defesa pela Tokio Marine Brasil Seguradora SA (ID 47807482). Intimada, a parte autora apresentou réplica (ID 48155391). O autor foi submetido à perícia médica e o Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes foi juntado aos autos (ID 55018043). Conquanto intimadas, as partes não se manifestaram sobre o laudo pericial (ID 58475984). É o que importa relatar. **DECIDO.** Da legitimidade passiva A Seguradora Líder pugna pela substituição do polo passivo, com a sua inclusão, sob o argumento de que foi criada com a única finalidade de atuar como administradora do seguro obrigatório DPVAT. De início, sublinho que a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT já figura no polo passivo da ação. De outro lado, não há de se falar em exclusão da Tokio Marine Brasil Seguradora, porquanto a Lei 6.194/74, que dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores via terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, estabelece, no art. 7º, que as seguradoras integrantes do consórcio do seguro DPVAT são solidariamente responsáveis pelo pagamento das indenizações securitárias, in verbis: “Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei”. (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992) Também a Resolução CNSP nº 56/2001, repetindo norma constante da Resolução CNSP nº 06/1986, estipula que qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização: “Art. 5º Para operar nas categorias 1, 2, 9 e 10 do Seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir a um convênio específico. § 1º O convênio de que trata o “caput” deverá estipular que qualquer das seguradoras se obriga a pagar a devida indenização pelas reclamações que lhe forem apresentadas por segurados”. Cuidando-se de hipótese de solidariedade passiva, importa reconhecer que, nos termos do art. 275, caput, primeira parte do Código Civil, pode o beneficiário do seguro DPVAT acionar qualquer seguradora conveniada a arcar com o pagamento da indenização. Consigne-se, aliás, que, ainda que uma das seguradoras do consórcio tenha pago administrativamente parte do valor devido, à vista das regras estatuídas no art. 275, caput, segunda parte, e no art. 277 do CC, nada impede que o beneficiário do seguro acione judicialmente seguradora diversa, buscando receber complementação. Transcrevo os dispositivos: Código Civil: “Art. 275. O credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; se o pagamento tiver sido parcial, todos os demais devedores continuam obrigados solidariamente pelo resto. Parágrafo único. Não importará renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores”. “Art. 277. O pagamento parcial feito por um dos devedores e a remissão por ele obtida não aproveitam aos outros devedores, senão até à concorrência da quantia paga ou relevada”. À vista das normas mencionadas, o Superior Tribunal de Justiça, órgão jurisdicional ao qual compete uniformizar a interpretação do direito federal infraconstitucional, consolidou entendimento no sentido de que qualquer seguradora integrante do consórcio do sistema DPVAT é parte legítima para responder a ação por meio da qual se busque o pagamento ou a complementação de pagamento do seguro obrigatório. Nesse sentido, confira-se: “DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. LEGITIMIDADE DE SEGURADORA DIVERSA DA QUE REALIZOU O PAGAMENTO A MENOR. SOLIDARIEDADE



PASSIVA. INCIDÊNCIA DO ART. 275, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. 1. A jurisprudência é sólida em afirmar que as seguradoras integrantes do consórcio do Seguro DPVAT são solidariamente responsáveis pelo pagamento das indenizações securitárias, podendo o beneficiário cobrar o que é devido de qualquer uma delas. 2. Com efeito, incide a regra do art. 275, caput e parágrafo único, do Código Civil de 2002, segundo a qual o pagamento parcial não exime os demais obrigados solidários quanto ao restante da obrigação, tampouco o recebimento de parte da dívida induz a renúncia da solidariedade pelo credor. 3. Resulta claro, portanto, que o beneficiário do Seguro DPVAT pode acionar qualquer seguradora integrante do grupo para o recebimento da complementação da indenização securitária, não obstante o pagamento administrativo realizado a menor tenha sido efetuado por seguradora diversa. 4. Recurso especial provido". (REsp 1108715/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/05/2012, DJe 28/05/2012) SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Consórcio. Legitimidade de qualquer seguradora que opera no sistema. De acordo com a legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável e satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização, assegurado seu direito de regresso. Precedente. Recurso conhecido e provido. (REsp 401.418/MG, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 23/04/2002, DJ 10/06/2002, p. 220) Em consequência e tendo em vista que a Tokio Marine Brasil Seguradora SA integra o consórcio do seguro DPVAT, indefiro o requerimento de substituição do polo passivo. Ademais, diante da certidão de ID 47807482, reconheço a revelia da Tokio Marine Brasil Seguradora SA. Do mérito Conforme relatado, no presente caso, a parte autora vem a juízo com a pretensão de obter complementação da indenização do seguro DPVAT, sob o argumento de que não teve, na via administrativa, a sua invalidez permanente devidamente apurada e enquadrada nos termos definidos na tabela anexada a Lei nº 6.194/74. A parte ré, em sua peça de defesa, aduz a ocorrência de plena e total quitação da indenização na esfera administrativa. Alega ainda que o autor deixou de juntar aos autos laudo do Instituto de Medicina Legal – IML, documento indispensável a fazer prova do caráter permanente e do grau da lesão resultante do acidente de que foi vítima. Antes de mais, sublinho que, em regra de princípio, o recibo fornecido pelo beneficiário de seguro DPVAT, em razão de pagamento administrativo de indenização, ainda que inclua declaração de quitação plena, geral e irrevogável, não o impede de pleitear judicialmente a complementação do valor da indenização fixado em lei, posto que alcança tão somente o valor nela consignado, não importando renúncia quanto à diferença a que faça jus. Nesse sentido, aliás, aponta a orientação pacífica do STJ: "A declaração de plena e geral quitação deve ser interpretada "modus in rebus", limitando-se ao valor nela registrado. Em outras palavras, o recibo fornecido pelo lesado deve ser interpretado restritivamente, significando apenas a quitação dos valores a que se refere, sem obstar a propositura de ação para alcançar a integral reparação dos danos sofridos com o acidente." (STJ-2ª Seção, ED no Resp 292.974-SP, rel. Min. Sálvio de Figueredo, j. 12.2.03, rejeitaram os embs., um voto vencido, DJU 15.8.05, p. 309). "EMENTA: CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). (...) RECIBO. QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE. I. (...) II. O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie. III. Recurso especial conhecido e provido". (STJ, 4ª Turma, Resp. 296.675, Min. Aldir Passarinho Júnior, relator, j. 20 de agosto de 2002). EMENTA: Direito civil. Recurso especial. Ação de conhecimento sob o rito sumário. Seguro obrigatório (DPVAT). Complementação de indenização. Admissibilidade. O recibo de quitação outorgado de forma plena e geral, mas relativo à satisfação parcial do quantum legalmente assegurado pelo art. 3º da Lei n. 6194/74, não se traduz em renúncia a este, sendo admissível postular em juízo a sua complementação. Precedentes. (STJ - REsp: 363604 SP 2001/0110490-9, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 02/04/2002, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 17.06.2002 p. 258) A Lei nº 6.194/74 preceitua, no art. 5º, que o "pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente". Assim, considerando que a ocorrência do acidente e os danos dele decorrentes podem ser provados por mais de um documento ou forma, cuido que o laudo do Instituto Médico Legal não se afigura indispensável à propositura da ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT, sob pena de violação à garantia de livre acesso ao Judiciário, consagrada no art. 5º, XXXV, da CF/1988. Nesse sentido, aponta, indiscrepantemente a Jurisprudência pátria, da qual extraio o seguinte exemplo: EMENTA: PROCESSO CIVIL. DPVAT. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. SUPOSTA LESÃO NEUROLÓGICA. APRESENTAÇÃO DE LAUDO PARTICULAR. DESNECESSIDADE DE LAUDO EMITIDO PELO IML. AUSÊNCIA DE OUTRAS PROVAS QUE ATSTEM A EXISTÊNCIA DA INVALIDEZ PERMANENTE, ASSIM COMO A EXTENSÃO DO DANO ALEGADO. SENTENÇA ANULADA PARA REABRIR A FASE DE INSTRUÇÃO. APELAÇÃO PROVIDA. 1. A jurisprudência está sedimentada no sentido de que a apresentação de laudo do IML é dispensável, caso existam outros elementos de provas capazes de atestar a existência e extensão do dano. 2. No entanto, no presente caso, não havia provas suficientes para definir, com a necessária certeza e segurança, a extensão da invalidez permanente do Apelado, de modo que se torna impossível o julgamento antecipado da lide (art. 330, I, do CPC/73), ante a



necessidade de produção de outras provas, notadamente a perícia médica.3. Apelação a que se dá provimento para anular a sentença e determinar o retorno dos autos à origem. (TJ-PE - APL: 3581546 PE, Relator: Roberto da Silva Maia, Data de Julgamento: 13/04/2016, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 29/04/2016) (destaques inexistentes na fonte) Os documentos anexados aos autos comprovam a ocorrência do acidente e de lesão dele resultante (IDs 32549718, 32549725, 32549851, 32549857, 32549864, 32549867, 32549872, 32549878, 32549885 e 32549888). O caráter permanente e o grau de repercussão da lesão foram atestados por perícia judicial (ID 55018043). Acrescento que as partes não apresentaram qualquer impugnação ao laudo pericial (ID 58475984). Além disso, a circunstância da realização do pagamento administrativo da indenização demonstra que a parte demandada, após análise dos documentos apresentados pelo autor, reconheceu a existência de nexo causal entre o acidente e o dano respectivo. Assim, concluo que o conjunto probatório constante dos autos é suficiente para demonstrar a ocorrência do acidente e dos danos dele resultantes. Na presente hipótese, a parte autora recebeu administrativamente R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais), impondo-se a este Juízo, portanto, verificar se, à luz da prova produzida nos presentes autos, faz ela jus a algum valor complementar. O Superior Tribunal de Justiça assentou entendimento, firme no princípio do tempus regit actum, no sentido de que, nas ações de cobrança de indenização de seguro DPVAT, aplica-se a lei vigente ao tempo do acidente (REsp 556606/SP). No caso concreto, o acidente automobilístico em questão ocorreu em 27/1/2018, aplicando-se-lhe, pois, a Lei nº 6.194/74, com as alterações da Lei nº 11.945/2009. O art. 3º da Lei nº 6.194/74, com as alterações da Lei nº 11.945/2009, estatui que: "Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (...) II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007) (...) § 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009)." Extrai-se do dispositivo que, nas hipóteses de invalidez permanente parcial decorrente de acidente automobilístico, o valor da indenização do seguro DPVAT deverá ser calculado conforme o grau de invalidez, mediante aplicação dos percentuais indicados na tabela inserida na Lei nº 6.194/74 pela Lei nº 11.945/2009. E sendo a invalidez parcial incompleta, o cálculo deverá incluir ainda redução conforme grau de repercussão da perda (intenso, médio, leve ou de sequelas residuais), nos percentuais previstos no art. 3º, § 1º, II, da Lei nº 6.194/74. Realço, a propósito, que o cálculo da indenização de seguro DPVAT proporcionalmente ao grau da lesão é inclusive objeto da Súmula 474 do STJ: Súmula 474. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. No caso em tela, o laudo médico elaborado por perita oficial (ID 55018043) atesta que a parte autora foi acometida de invalidez permanente, parcial e incompleta, no 4º dedo da mão esquerda, com perda anatômica ou funcional de repercussão intensa (75%). Assim, o valor da indenização do seguro DPVAT a que faz jus a parte autora em razão da invalidez permanente parcial incompleta decorrente do acidente automobilístico ocorrido em 27/1/2018, deve ser calculado da seguinte forma: 1. Valor máximo da cobertura (art. 3º, caput, II, da Lei nº 6.194/74) R\$ 13.500,00 2. Valor da indenização por invalidez permanente parcial correspondente à perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os dedos da mão, exceto o polegar 10% do valor máximo (R\$13.500,00) = R\$ 1.350,00 3. Valor da indenização aplicada a redução por invalidez permanente parcial incompleta de repercussão intensa (art. 3º, §1º, II, da Lei nº 6.194/74) 75% do resultado do item 2 (R\$ 1.350,00) = R\$ 1.012,50 Indenização devida R\$ 1.012,50 (mil e doze reais e cinquenta centavos) Note-se que o valor devido (R\$ 1.012,50) é maior que o percebido administrativamente pela parte autora (R\$ 675,00), havendo, portanto, valor a ser complementado a título de indenização do seguro DPVAT, no importe de R\$ 337,50. Diante do todo o exposto, com fulcro na Lei nº 6.194/74, julgo procedente o pedido e condeno as demandadas, solidariamente, a pagarem à parte autora R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta



centavos), acrescidos de correção monetária (Tabela ENCOGE), a partir da data do acidente – 27/1/2018 (Súmula 580 do STJ), e de juros legais de mora (1% ao mês), a contar da citação (Súmula 426 do STJ). Em consequência, extingo o processo com resolução do mérito (art. 487, I, do CPC/2015). Condeno a parte ré a pagar as custas e despesas processuais, e ainda honorários advocatícios sucumbenciais, estes últimos aos advogados da parte autora, em valor que desde já fixo em R\$ 300,00 (trezentos reais), nos termos do art. 85 do CPC/2015. Deve a parte demandada, no prazo de 15 (quinze) dias, contado do trânsito em julgado desta decisão, comprovar nos autos o pagamento das custas e taxas processuais devidas. Na hipótese de ausência de pagamento das despesas processuais, oficie-se a PGE para fins de inscrição em dívida ativa, devendo a Secretaria, observar, ainda, o provimento 007/2019, do Conselho de Magistratura. Expeça-se, de imediato, em favor da médica perita, alvará para levantamento da verba honorária depositada (IDs 54607256 e 54607254). Na hipótese de interposição de recurso de apelação, recebo-o nos seus regulares efeitos e determino a intimação do apelado para apresentar contrarrazões (art. 1010, §1º, do CPC/2015). Havendo alegação – em sede de contrarrazões - de questões resolvidas na fase de conhecimento as quais não comportaram agravo de instrumento, intime-se a parte adversa (recorrente) para, em 15 (quinze) dias, manifestar-se a respeito delas (art. 1.009, §§ 1º e 2º, do CPC/2015). Havendo interposição de apelação adesiva, intime-se o apelante para contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 1.010, §2º, do CPC/2015). Em seguida, com ou sem resposta, sigam estes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, com os cumprimentos deste Juízo, independentemente de juízo de admissibilidade, de acordo com o art. 1010, §3º do CPC/2015. Opostos embargos de declaração com efeito modificativo, intime-se a parte embargada para, querendo, manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias. (Art. 1.023, § 2º do NCPC). Havendo pagamento voluntário, intime-se a parte autora para se manifestar em 5 (cinco) dias e, em havendo concordância, expeça-se alvará. Sem manifestação, arquivem-se os autos. Em caso de não interposição/oposição de recurso, certifique-se o trânsito em julgado e, após, arquivem-se os autos. Comunicações processuais necessárias. Recife, data da assinatura digital. Raquel Barofaldi Bueno Juíza de Direito Auxiliar"

RECIFE, 10 de março de 2020.

**MICHELE ELIAS SANTOS SOUZA**  
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 13ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0029111-65.2018.8.17.2001  
AUTOR: ADRIANO BEZERRA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA  
S.A.

**CERTIDÃO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que junto aos autos o extrato da conta judicial nº  
2717/040/01765855-4. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 10 de março de 2020.

**FRITZ HEMPE NETO**  
Diretoria Cível do 1º Grau





INTERNET

CAIXA

## Depósitos Judiciais

Seja bem-vindo **FRITZ HEMPE NETO**  
TJ PERNAMBUCO Convênio: 31 - Tribunal

Menu

Sair

Início

Mapa do Site

Novo Acesso

Alterar Senha

Ajuda

Contas ▶ Consulta

Consulta

Saiba mais!

Agência  Operação  Conta  DV   
ID



Limpar

Pesquisa Avançada

Consultar

## Processo

|                          |   |                    |
|--------------------------|---|--------------------|
| Tribunal                 | TJ PERNAMBUCO                                       |                    |
| Vara                     | 13A VARA CIVEL - RECIFE/PE                          |                    |
| Número do Processo       | 00291116520188172001                                |                    |
| Número Único do Processo | 00000000000000000000                                |                    |
| <b>Partes</b>            | <b>Nome/ Razão Social</b>                           | <b>CPF/ CNPJ</b>   |
| Beneficiário             |   |                    |
| Autor                    | ADRIANO BEZERRA DA SILVA                            | 008.313.194-96     |
| Réu                      | SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A | 09.248.608/0001-04 |

| Contas                      | Data                   | Situação | Valor (R\$) | ID                       | Extratos/<br>Comprovantes   |
|-----------------------------|------------------------|----------|-------------|--------------------------|---|
| 2717 / 040 / 01765855-4     | Abertura em 22/11/2019 | Ativa    | 0,00        | <a href="#">Gerar ID</a> |  |
| Depósito 040271700991911144 | 22/11/2019             | Pago     | 200,00      |                          |  |

Release: 1.11.0 - Versão: 2.12 - 04/02/2020 12:38:29 - Pacote 2.0



JUNTADA DE PETIÇÃO TOMANDO CIÊNCIA DE INTIMAÇÃO (ANEXO)



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE RECIFE – PE.**

**PROCESSO Nº: 0029111-65.2018.8.17.2001  
Seção A**

**ADRIANO BEZERRA DA SILVA**, já devidamente qualificado nos autos da ação em epígrafe, movida contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A**, também já qualificadas, vem a presença de Vossa Excelência informar que tomou ciência da intimação proferida nos autos conforme ID. 58992555.

Recife, 10 de março de 2020.

**RENATO CÉSAR MALHEIROS CAVALCANTI  
OAB-PE 31915**

Av. Bernardo Vieira de Melo, 1551 – SI 01 – Piedade  
Jaboatão dos Guararapes/PE – CEP: 54410-010 - Fone: (81) 3204.4039  
E-mail: renatomalheiros@outlook.com





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 13ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0029111-65.2018.8.17.2001  
AUTOR: ADRIANO BEZERRA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A.

**ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE VALORES**

O(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da **Seção A da 13ª Vara Cível da Capital**, **AUTORIZA**, através do presente Alvará, o **LEVANTAMENTO**, pelo beneficiário, do valor autorizado, como descrito no quadro abaixo:

**BENEFICIÁRIO (001): Priscila Costa Lima Lemke, CRM-PE 19.388, CPF 047.974.054-22**  
**VALOR AUTORIZADO: R\$ 200,00 (duzentos reais), com juros e correção monetária porventura existentes.**  
**DADOS DO DEPÓSITO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - AGÊNCIA 2717 - OPERAÇÃO 040 - CONTA 01765855-4**

Tudo conforme **SENTENÇA** de ID 58503717, dos autos do Processo Judicial Eletrônico-PJe, acima epigrafado: *"Expeça-se, de imediato, em favor da médica perita, alvará para levantamento da verba honorária depositada (IDs 54607256 e 54607254)."*

Eu, MICHELE ELIAS SANTOS SOUZA, digitei e submeto à conferência e assinaturas o presente alvará com o número de identificação constante no rodapé. RECIFE, 10 de março de 2020.

**FRITZ HEMPE NETO**  
**Diretoria Cível do 1º Grau**  
**(Assinado eletronicamente)**

**RAQUEL BAROFALDI BUENO**  
**Juiz(a) de Direito**  
**(Assinado eletronicamente)**

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tje.pe.br](http://www.tje.pe.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tje.pe.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> ], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.

